

TEORIAS CURRICULARES, NOVA GESTÃO PÚBLICA E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉCULO XXI

LIA CRISTIANE LIMA HALLWASS¹; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO²

¹Universidade Federal de Pelotas – liahallwass@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na história da produção e da economia globalizada, as revoluções industriais acarretaram transformações tanto no trabalho quanto na educação, dando vida a uma relação particular de educação-mercado. Nesse processo, as Teorias Tradicionais Curriculares (TTC) constituíram-se em fundamentos que incorporaram a eficiência industrial do Taylorismo à educação. Em 1918, Bobbit (2004) pregava que a função da educação era produzir trabalhadores; e que sua eficiência deveria ser medida pela adequação desses trabalhadores ao trabalho. Em 1949 e em 1956, esse ideário eficientista foi reiterado na racionalidade curricular de Tyler (1979) e no ensino instrucional de Bloom *et al* (1973), respectivamente. Ambos miraram na definição racional de objetivos, experiências e avaliação da aprendizagem como forma de alavancar a eficiência educacional no que tange à formação.

Mais tarde, em 1975, também devido ao avanço da globalização, a Nova Gestão Pública (NGP) passou a sugerir ajustamentos na organização do trabalho, visando à máxima produtividade (HAYEK, 1980; HOOD, 1996; NEWMAN e CLARKE, 2012; DASSO Jr., 2015; 2019). Por meio dela, viu-se o alinhamento de políticas públicas ao mercado capitalista e à privatização do bem público. Sua filosofia gerencialista alcançou igualmente a educação, alinhando seu funcionamento a seus ideais de excelência baseados em eficiência, regulação e controle de objetivos e resultados majoritariamente quantitativos dos quais se pode prestar contas (AFONSO, 2000; NORMAND, 2008; SANTOS, 2017).

De modo geral, pela sua base eficientista, os pressupostos das TTC parecem ressignificar-se nos pressupostos da NGP, os quais vêm postulando sobre a educação no século XXI, alterando funções e responsabilidades, determinando objetivos, tensionando processos e forçando resultados sociais que retomam a relação educação-mercado aqui contextualizado (HALLWASS, 2023). Contudo, ainda não haviam sido teoricamente relacionados.

Este trabalho objetiva discutir as relações entre os pressupostos das TTC, da NGP e os discursos institucionais de universidades públicas do Rio Grande do Sul (RS), analisando o currículo dos seus cursos em administração.

2. METODOLOGIA

A investigação exploratória, do tipo qualitativa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), teve como campo de pesquisa os cursos de administração de quatro universidades federais do RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal do Rio Grande (FURG). As universidades foram escolhidas por sua solidez e abrangência. Já os cursos, pela relação direta com a eficientismo característico da NGP.

Devido à abordagem, sua operacionalização envolveu: (i) revisão bibliográfica para estabelecer uma aproximação inédita das proposições das TTC e da NGP; (ii)

análise documental, e (iii) entrevistas semiestruturadas para obter percepções e opiniões de representantes institucionais e dos cursos investigados.

Como método de análise de dados foi eleita a análise de conteúdo (ORLANDI, 1999), a qual permitiu a transformação do conteúdo em categorias de análise (LÜDKE e ANDRÉ, 1986): 1) gerencialismo universitário; 2) trabalhador integral; 3) produção de indivíduos; e 4) eficiência educacional.

Cada uma dessas categorias foi fundamentada nas convergências teóricas dos pressupostos das TTC e da NGP. As análises temáticas realizadas a partir delas nortearam toda a organização dos achados relativos a como, quando e quanto os discursos institucionais e dos cursos de administração são impactados e alinhados à educação e aos interesses do mercado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção tem como norte as categorias temáticas já apresentadas, iniciando pelo gerencialismo universitário. Foi particularmente notória a incorporação do conceito de vocacionalismo (BOBBIT, 2004). Os discursos dos representantes institucionais mostraram propósitos de servir ao mercado, seja por meio do uso de expressões como cidadãos úteis à sociedade ou da priorização dos aspectos profissionais na formação de seus alunos (BLOOM *et al*, 1973; TYLER, 1979). As próprias universidades “declararam serem essas as suas visões de educação e/ou compromissos de negócio” (HALLWASS, 2023, p. 197).

Visando a seus objetivos de sobrevivência, as universidades devem alinhar seus serviços e resultados educacionais às demandas sociais de desenvolvimento, as quais passam a ser conhecidas nas relações que estabelecem com o mercado.

Outrossim, as universidades, passaram a ser consideradas como prestadoras de serviços. Qualificaram seus processos tornando-os eficientes, além de profissionalizar sua atuação como uma organização, baseado-se em práticas gerenciais típicas de empresas, precisamente como a NGP propunha (NEWMAN e CLARKE, 2012; DASSO Jr., 2015; 2019). Essa perspectiva gerencialista das funções e relações sociais e do modelo de gestão foi tida como uma possibilidade de modernização, mas também de desafio para exercitar o empreendedorismo que espera desenvolver em seus alunos (HALLWASS, 2023).

A ideia de trabalhador integral está muito alinhada às demandas do mercado de trabalho (TYLER, 1979; BOBBIT, 2004). As mesmas competências contemporâneas constaram recorrentemente nos documentos institucionais e também nas falas dos representantes das instituições e dos cursos.

Muito fortemente constou a orientação profissional decorrente das relações com o mercado para o qual as universidades e cursos formam (BLOOM *et al*, 1973; TYLER, 1979; BOBBIT, 2004). Percebeu-se a intenção de produzir um profissional completo, derivado da ideia de formação integral dos indivíduos, que deve extrapolar o desenvolvimento de competências justas à profissão de administrador, que seriam as *hard skills*. Na era da indústria 4.0, a formação universitária dos indivíduos deve contemplar também o desenvolvimento de competências adequadas à integração social ao trabalho, as *soft skills*, além de competências gerais para a vida adulta em sociedade (BOBBIT, 2004), que sublinham a importância da cultura, da saúde física, da moral e do comportamento cidadão.

Cabe salientar aqui que as similaridades entre as competências adequadas ao nível do trabalho têm como origem as próprias diretrizes curriculares para a educação superior e para os cursos de administração (BRASIL, 1996; BRASIL, 2004; 2017; CNE/CES, 2005; 2021).

A produção de indivíduos está baseada no conceito de educação ao nível do jogo (BOBBIT, 2004) e a preparação real para o trabalho. Todos os discursos e documentos obtidos mediante entrevistas enalteceram a qualidade dos conhecimentos produzidos nas universidades e cursos, os quais atendem concomitantemente às diretrizes legais e às demandas de mercado.

Contudo, o mercado de trabalho vem exigindo mais dos conhecimentos: ele almeja competências. Não somente competências do âmbito laboral, mas também do social e do geral. Aqui viu-se um desequilíbrio. Os conteúdos profissionais somam em média 80% do currículo, deixando pouco espaço para as demais. Isso se deve às diretrizes curriculares, à subjetividade e menor ensinabilidade de competências dessa ordem, bem como aos desafios de avaliação de *soft skills*.

Assim, muitas competências sociais e gerais cabem menos em experiências curriculares de formação universitária, ficando registradas apenas nas intenções de discursos institucionais. De certo modo, isso coloca em xeque a formação para o mercado de trabalho, uma vez que a indústria 4.0 exige uma integralidade que as universidades e os cursos não estão conseguindo atingir em seus alunos.

Por fim, a eficiência educacional e/ou curricular (BLOOM *et al*, 1973; TYLER, 1979; BOBBIT, 2004) está atrelada à regulação da educação superior. A eficiência chancelada pelas TTC e pela NGP não se dá somente nos resultados finais (NORMAND, 2008), mas em todos os processos atinentes à formação dos indivíduos, inclusive de gestão.

Como ponto de atenção inicial, salienta-se que a avaliação da aprendizagem ainda não está voltada para competências, mas para conhecimentos, e de ordem profissional. Isso distancia mais um pouco a formação proposta das demandas do atual mercado de trabalho. A justificativa para isso novamente se deve às avaliações externas e às dificuldades pedagógicas dos professores.

A avaliação interna, ou autoavaliação, vem focando mais na quantidade de respostas do que na sua qualidade, com fins de entender às necessidades dos sujeitos e retroalimentar o processo educacional. Nisso, seguem as prescrições legais (BRASIL, 2004; 2017), que estabelecem índices que se confundem com aspectos performativos, voltados à sustentabilidade, gestão dos processos, uso de recursos, assistência estudantil e muitas taxas, seja de aprovação/reprovação, de permanência, de desempenho acadêmico e de conclusão do curso.

Desse modo, a avaliação externa, que seria a avaliação da formação aos olhos da sociedade, do mercado e da legislação educacional (HALLWASS, 2023), não avalia a empregabilidade que seria o critério mais objetivo de avaliação face ao eficientismo das TTC e da NGP e, ainda, das visões de educação e/ou compromissos de negócio expostos pelas universidades e cursos (BLOOM *et al*, 1973; TYLER, 1979; HAYEK, 1980; BOBBIT, 2004). O conceito do Enade, por sua vez, é considerado o índice de maior relevância no cenário mercadológico e educacional, sendo tomada como medida de eficiência na formação dos indivíduos por conta de seu caráter quantitativo e facilmente compreendido pela sociedade. É precisamente o caráter quantitativo do exame que ativa a competitividade entre cursos e universidades, outro fundamento típico das TTC e da NGP.

4. CONCLUSÕES

Foram identificadas convergências teóricas entre as TTC e NGP. Ambas enalteceram o eficientismo industrial, incorporando-o às práticas de outros segmentos, como a gestão dos serviços públicos e a educação.

Nesse entendimento, a universidade é uma organização que produz indivíduos para o mercado de trabalho. A relação educação-mercado, cada vez mais firme, acentua esse entendimento. As funções e relações sociais e os modelos de gestão encontrados nas universidades revelaram um contexto de gerencialismo universitário análogo aos pressupostos das TTC e da NGP.

Seus objetivos de formação de trabalhador integral priorizaram as demandas do mercado globalizado da indústria 4.0, fato que é reforçado pelas diretrizes curriculares previstos legalmente, articulando objetivos educacionais e mercadológicos no cotidiano dessas universidades.

No que se refere à produção de indivíduos e eficiência educacional, não houve a mesma compatibilidade, devido a desafios relativos à oferta e aproveitamento de experiências ao nível do trabalho. Desse modo, a intenção de uma formação eficiente voltada ao trabalho cessa na definição de objetivos curriculares, não apresentando efeitos práticos na avaliação dos resultados educacionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIT, J. F. **O Currículo**. Lisboa: Plátano, 2004.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, 2017.
- CNE/CES (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior). **Resolução n. 04, de 13 de julho de 2005**. Institui as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005b. (revogado)
- CNE/CES. **Resolução n. 05, de 14 de outubro de 2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Brasília, 2021.
- DASSO Jr., A. E. **Nova Gestão Pública: a teoria da administração pública do Estado ultraliberal**. Publica Direito, s/d. Acessado em 10 out. 2019. Online. Disponível em s/d. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d05c25e6e6c5d489>>.
- HALLWASS, L. C. L. **Formação para o Mundo do Trabalho no Século XXI: relações entre teorias curriculares, nova gestão pública e transformações na educação superior**. 2023. 381 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2023.
- HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1980.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- NEWMAN, J. e CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p 353-381, 2012.
- NORMAND, R. Mercado, Performance, Accountability. Duas décadas de retórica reacionários na educação. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 11, p. 49-76, 2008.
- TYLER, R. W. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. Tradução: Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1979.